

CARLOS ENES

DA PRAIA DO FANAL À AVENIDA E JARDIM JOSÉ AGOSTINHO



Autor
Carlos Enes

Edição
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Tiragem
100 exemplares

Impressão
Sociedade Terceirense de Publicidade, Lda.

19 de junho de 2021



DA PRAIA DO FANAL À AVENIDA E JARDIM JOSÉ AGOSTINHO

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo presta mais uma vez homenagem ao tenente-coronel José Agostinho, um cidadão que tem sido unanimemente aceite como uma figura de prestígio, não só na cidade onde nasceu como no resto do país e no estrangeiro. O jardim hoje inaugurado, ao qual ficou acoplado o seu nome, vem rematar o embelezamento de uma zona que até meados do século XX era composta por terrenos agrícolas e uma pequena canada que dava acesso à praia do Fanal.



1. A BAÍA DO FANAL

Esta baía era usada como alternativa ao cais da alfândega e ao Porto de Pipas, quando o mar não permitia operações de tráfego marítimo. No final do século XIX, ventilou-se a hipótese de ali erguer uma estrutura adequada a descargas de navios, mas como o Estado não respondeu ao apelo, a Companhia União Mercantil construiu um pequeno cais junto da bateria de São Diogo.



Foto 1 - Navio ancorado na baía, com apoio no cais Silveira, anos 50.

Mas a baía do Fanal serviu também como porto de pesca e zona balnear, apesar de algumas dificuldades que não foram resolvidas. O “carôlo”, nome dado a um aglomerado rochoso no lado direito, prejudicava a entrada dos barcos e a diversão dos banhistas, dado que a corrente os arrastava para aquele lado, e as investidas do mar no inverno movimentavam pedras que dificultavam a entrada dos barcos de pesca no varadouro.



Foto 2 - Vista sobre a baía, cerca de 1917. MAH

Pequenas notícias dispersas pela imprensa dão-nos uma ideia da evolução deste local de banhos muito requisitado. Se em 1904 já se alugavam barracas para banhos a 10 Réis por cabeça, no ano seguinte houve um projeto de ampliação do negócio, através do "abastado proprietário" dos terrenos circundantes, José Joaquim Rebelo. Acabou por construir barracas para banhistas, "confortáveis e excelentemente dispostas, contrastando com as pequenas guaritas que ainda ali se vêem, mal situadas e incômodas, que estão destinadas a curta vida, não só por pejarem a entrada para a praia como porque parte delas estão apoiadas em rocha que tem sobranceira uma parede ameaçando ruína".

Acrescenta ainda o articulista que o sr. Rebelo tencionava construir, do lado oposto, outro grupo de barracas, num total de 17, fazendo escavações na rocha. O projeto incluía também água canalizada, retretes e chuveiros. Os proprietários das barracas, quer do Porto de Pipas quer do Fanal, tinham que requisitar licença na capitania e pagavam uma taxa por metro quadrado. Em 1914, houve festa de regozijo pela construção e aperfeiçoamento de outras barracas, com girândola de foguetes e a atuação da filarmónica Recreio dos Artistas.

Esta iniciativa teve grande cobertura d'A *União* realçando que veio "aformosear a excelente estância balnear e fornecer aos frequentadores daquela praia comodidades e confortos deveras apreciáveis". Na altura, o vespertino continuava a considerá-la a melhor da cidade, "pela segurança que oferece, pureza da água e ainda por ser abrigada do sol nas horas em que é frequentada por banhistas" (sublinhado meu). Tendo em conta a rota solar, a frequência registava-se na parte da manhã. Outros tempos, outros costumes.

Mas para que o projeto de melhoramentos ficasse mais completo, A *União* apelava para uma intervenção da Câmara Municipal no arranjo da canada e da rampa "que dá acesso ao areal por meio de algumas modificações na calçada que é um perfeito quebra-costas", o que veio a ser concretizado. O acesso era feito através da Canada do Fanal que partia do Caminho Novo², perto da Rua de Baixo. Em 1911, o jornal refere que o seu estado era de



Foto 3 - Início da antiga canada que dava acesso à praia

1. A *União*, 23-08-1905.

2. Informação prestada por Fernando Pavão, João Salvador e Olivério Lopes.

uma imundície bastante lamentável, e que deviam ser limpas as ervas crescidas, para se inaugurar a época balnear³.

Em 1915, a Junta Geral mandou proceder ao estudo e orçamento da transformação em macadame da Canada do Fanal, que é "atualmente feito de um péssimo calcetamento, e também ao alargamento da mesma canada, próximo à ladeira que conduz à praia, de forma a que os veículos possam ir até lá"⁴. Ora, estes veículos seriam não só os que, porventura, levavam os banhistas, mas também as carroças e carros de bois que iam carregar areia para diferentes usos. A frequência da escavação para retirar areias e a erosão própria dos terrenos levaram a que algumas barracas ficassem em perigo de desmoronamento. Temos assim uma notícia que pode causar alguma perplexidade, porque o Fanal de hoje não indicia a existência de um areal tão vasto, embora haja alguns resquícios das chamadas "areias brancas".

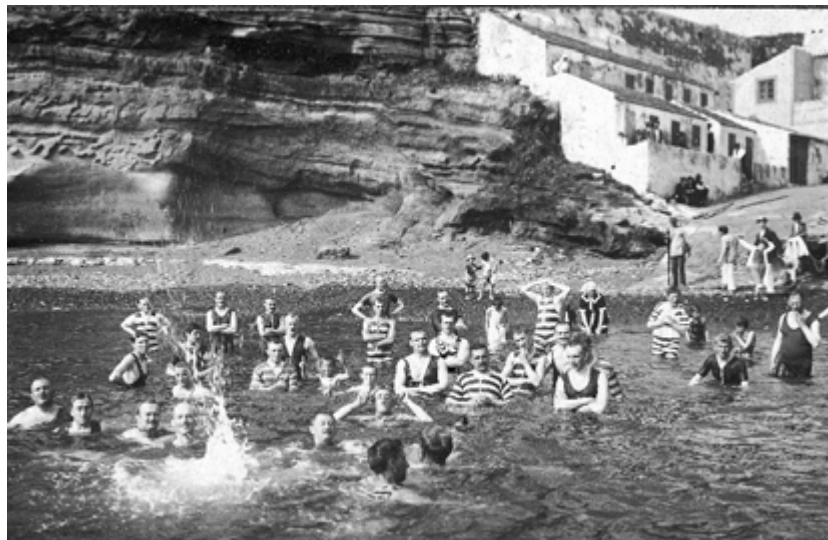


Foto 4 - Vista sobre a zona de areia e terrenos onde foi construído o hotel

3. *A União*, 07-06-1911.

4. *A União*, 30-07-1915.

Se a iniciativa do sr. Rebelo contribuiu para a melhoria da qualidade da zona de banhos, o desempenho do guarda-fiscal, que ali fazia serviço, Artur Moniz Escomilha, foi também louvado pelo jornal. Acentua que à sua custa “mandou encanar a água suja e malcheirosa, que corria pelo varadouro abaixo, e aplanou esse local que agora está ótimo”⁵. Esta iniciativa do guarda-fiscal teve efeito sobre o comportamento dos pescadores que passaram também a usar maior limpeza.



Fotos 5 e 6 -
Cidadãos alemães
tomando banho,
por volta de 1917.
MAH

5. *A União*, 12-07-909.

A estadia de centenas de alemães, como prisioneiros concentrados durante a primeira guerra mundial no Castelo de São João Batista, deu-nos a conhecer imagens desse tempo que revelam o movimento e a adesão dos banhistas. Pelas fotos, ficamos a conhecer a indumentária usada na época bem como a quase completa ausência das mulheres que também viviam no Castelo. Do lado português, recolhi testemunhos de mulheres e raparigas que por lá andaram nas décadas de 30 e seguintes, mas sempre em número reduzido, sujeitas aos olhares maledicentes da população.

As fotografias realçam o mau estado da calçada, mas também a dimensão do empreendimento do sr. Rebelo e a erosão que começava a ameaçar as barracas do lado esquerdo.

O asseio e limpeza da zona de banhos era uma preocupação constante, sempre que se aproximava a época balnear, que ia de 1 de junho a 30 de novembro. A ação do mar era um flagelo para a praia, cuja conservação era difícil de manter por falta de verbas, quer por parte da Junta Geral Autónoma quer da Câmara Municipal. Por esse facto, os utilizadores deram o seu contributo para várias reparações. A fim de limpar as pedras trazidas pelo mar, em 1915, pagaram o custo da obra, no valor de 20\$00, quantia qualificada pelo jornal como irrisória. Fizeram o mesmo para colocar um cabo de madeira e bóias para apoio aos banhistas, que nele se seguravam. A inscrição para subsidiar estas obras era feita numa relojoaria na rua da Sé, pertencente a António Dart do Couto.

No final da década de 20, *A União* lamentava o estado de abandono que pouco a pouco se ia fazendo sentir, não fora o empenho de vários amigos. O “tufo”, ou seja, o “promontório” donde os banhistas costumavam atirar-se à água, estava a dismantelar-se, pelo que se tornava necessário compactá-lo num bloco. Em 1927, registaram-se novos estragos na baía, que só foram superados graças à intervenção do engenheiro Pires Toste e do capitão do porto, Procópio de Freitas. Conseguiram reconstruir a rampa do varadouro e arranjar a varanda destinada ao descanso dos banhistas.

Por volta de 1930, do lado direito da praia, quando se desce, existiam ainda algumas barracas mais antigas, assentes numa rocha que estava em decomposição lenta e perigosa. Analisando a foto 5, constata-se um processo de erosão que estava prestes a atingir a segurança das mesmas. O jornal solicitava a respetiva demolição, não só por uma questão estética, mas essencialmente por razões de segurança. O cano coletor começava a indiciar problemas de manutenção e de insuficiência. Pretendia-se que fosse prolongado, pois “apesar de desaguar num local um pouco afastado do centro da praia, em dias de maré

mais revolta, a corrente faz-nos sentir a sua existência". O mau-cheiro começava a ser um problema que afetava o bem-estar dos banhistas.

Os tempos áureos da praia do Fanal estavam chegando ao fim. Longe iam ficando as memórias das pessoas que se deslocavam de barco, indo da baía de Angra até lá para se banharem. Em 1910, por exemplo, saiu uma chalupa com um grupo de empregados do comércio que levou instrumentos musicais, tomou banho e no final executou trechos do seu reportório.

Uns anos depois, em 1924, os banhistas pediram aos proprietários das barracas para as mandarem cair e promoveram uma festa no dia 15 de agosto, cujo produto revertia a favor da Santa Casa da Misericórdia.

De acordo com o jornal⁶, foi enorme a concorrência de senhoras e cavalheiros, que responderam à iniciativa de Gregório Narciso Ferreira para comemorar o dia das misericórdias. Houve uma partida de "Water Pole", mas como a maré estava baixa, o jogo realizou-se no meio da baía, o que não permitiu um acompanhamento pormenorizado por parte da assistência. O confronto deu-se entre o team náutico do Caminho de Baixo e o do Porto de Pipas.

Houve, então, um peditório promovido por um grupo de "gentis meninas" e também bufete, o que rendeu cerca de 400\$00. Atuou a banda da Recreio dos Artistas e a festa ainda foi marcada pela proeza de um nadador que saiu do porto de S. Mateus, Joaquim Carlos Pedro, levando três horas a lá chegar.

Esta foi, provavelmente, a última grande festa no Fanal. No início dos anos 30, a Junta Autónoma dos Portos mandou fazer um estudo para o aproveitamento da Silveira como zona de pesca. O porto do Fanal foi praticamente desativado, passando os pescadores a ter mais segurança na enseada da Silveira, com acesso facilitado. As remodelações ocorreram nos anos 40, na zona do porto de pesca, e na década seguinte as fotos já mostram os banhistas a apanharem sol no cais. Contudo, a Junta Autónoma dos Portos manteve, em 1952, a ideia de se estudar a utilidade da baía do Fanal como complemento da de Angra. Apresentou as suas ideias ao Diretor Geral dos Serviços Hidráulicos que não manifestou qualquer oposição, mas não foi dado andamento ao projeto⁷.

6 *A União*, 16-08-1924.

7 *Diário Insular*, 11-11-1952.



Foto 7 - Quando a Silveira
era ainda um amontoado
de pedras



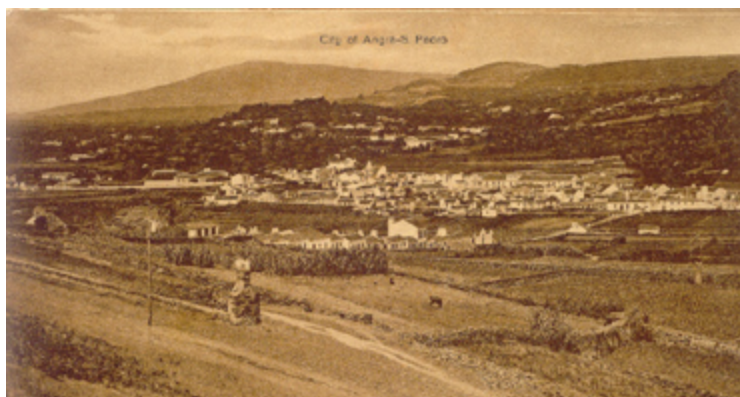
Foto 8 - O porto da
Silveira, nos anos 40



Foto 9 - Estudantes do
liceu no cais, em 1950

Com a decadência do Fanal, o sossego voltou a dominar a paisagem rural, que se prolongava até ao Alto das Covas. Mas em 1965⁸, o *Diário Insular* projetava o sonho de uma alameda panorâmica a contornar a baía do Fanal, onde se localizariam os desportos do mar. Confirma que a partir dos anos 30 o Fanal havia sofrido desabamentos das falésias e destruídas as instalações, passando a uma lixeira crescente.

Avançava ainda que se projetava para a nova avenida em construção, a abertura de uma curva que fizesse a ligação ao largo de S. Pedro. Paralelamente à baía, e desenhada em archete, a alameda panorâmica debruçar-se-ia sobre o mar, formando-se na baía dois braços, que delimitariam uma grande piscina marítima, com solário e instalações diversas. Acrescenta que havia sido interdita a construção do pavilhão gimnodesportivo naquela área para não retirar a vista sobre S. Jorge e o Pico. O projeto que na época não passou de uma miragem, mais tarde viria a concretizar-se parcialmente.



Fotos 10 e 11 - Vista sobre a zona do Fanal, a partir do Alto das Covas e do Monte Brasil

⁸ *Diário Insular*, 30-11-1965.

As duas fotos mostram a extensão da zona agrícola, cuja produção abastecia a cidade de géneros frescos. Entre o Monte Brasil e a Rua de Baixo de São Pedro, existiam apenas algumas casas de um dos lados do Caminho Novo, alinhadas com o cemitério dos Hebreus, e na Canada do Sarilho. A ligação da praia ao bairro de São Pedro era feita pela referida canada, que partia do Caminho Novo, não se conhecendo via de acesso com a zona da igreja. A ampliação da foto mostra a existência do Império do Espírito Santo em cima da curva que faz a ligação da Rua de Baixo à Travessa do Fanal, término da área urbanizada, donde foi retirado mais tarde.



Foto 12 - Vista sobre o populoso bairro de São Pedro

2. A ABERTURA DA AVENIDA

Só na segunda metade do século XX, se alterou o traçado urbanístico, quando foi tomada a decisão de rasgar uma avenida, para se enquadrar nas obras comemorativas do 40. aniversário da revolução nacional, ou seja, enaltecer o espírito do 28 de maio de 1926. Para tal, foi necessário derrubar algumas casas situadas no Alto das Covas, indemnizar os seus proprietários, bem como os detentores dos prédios rústicos. Rasgado o terreno, os primeiros talhões foram utilizados para a construção de 24 apartamentos com renda acessível, iniciativa do ministério das Corporações e Previdência Social. A construção dos quatro blocos teve início a 1 de abril de 1963 e ficaram concluídos a 24 de junho de 1964.

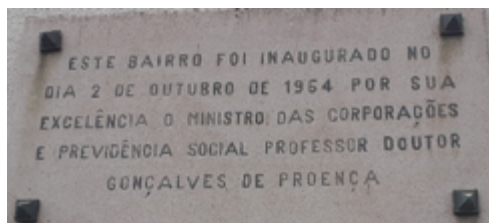


Foto 13 e 14 - Avenida Eng. José Frederico Ulrich, na fase inicial

A Câmara definiu as regras para a construção nos lotes que pôs à venda, mas levou bastante tempo para que a avenida ficasse repleta de casas de ambos os lados, faltando também a total eletrificação e o calçetamento. Em outubro de 1964, o ministro das Corporações e Previdência Social, Gonçalves Proença, inaugurou os apartamentos e anunciou um vasto programa de obras sociais a realizar. A avenida foi batizada com o nome do Engenheiro José Frederico Ulrich, ministro das Obras Públicas no governo de Salazar. No seu mandato

estivera ligado a algumas obras no distrito, como por exemplo a central hidroelétrica junto ao jardim da Angra (1955), o que justificou a homenagem pelas autoridades locais.



Foto 15 - Gonçalves Proença, ao centro, acompanhado pelo governador civil

A avenida terminava numa praca, na zona fronteiriça a este jardim, que recebeu, em 1972, o nome de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, para comemorar o 50. aniversário da travessia do Atlântico pelos dois aviadores.

O novo espaço urbanizado, bem como a construção de vivendas no Caminho Novo não dinamizou a antiga praia do Fanal, que havia ainda de ficar mais alguns anos votada ao esquecimento. A partir dos anos 50, a frequência da praia era muito esporádica, quase limitada a pessoas que ali iam em romagem de saudade.

Na sequência do sismo de 1980, o local foi utilizado como espaço para vazar entulho proveniente das derrocadas. Começou então a delinear-se um projeto de limpeza, a esboçar a abertura de uma estrada ligando a praca aos Portões de São Pedro e a abertura de uma via para o bairro da freguesia. A Câmara Municipal, sob a presidência de Leopoldino Tavares, aprovou em 1982 o estudo prévio, o que levou à mudança do Império do Espírito Santo que havia ficado danificado com o sismo. Mas os trabalhos de terraplanagem só vieram a concretizar-se em 1988, no mandato de Joaquim Ponte, com a abertura da estrada, sendo considerada na altura uma solução provisória. A nova artéria recebeu, posteriormente, a nomeação toponímica de general Fernando Borges, um militar terceirense, natural de Santa Bárbara, que fez a sua carreira no continente, como homem destacado do Estado Novo. Esta

artéria sofreu também obras de remodelação que lhe deram outra dimensão estética em 2020.

A ideia de recuperação da baía do Fanal começou a dar os primeiros passos com a apresentação de uma memória descritiva em 2016. Pretendia-se estabilizar as arribas que vinham sofrendo desmoronamentos frequentes, criar uma zona de banhos, de estar e de lazer. Paralelamente, foi rasgado um passadiço pedonal que liga a baía à escadaria que dá acesso à Rua D. Violante do Canto. Este percurso pedonal faz a ligação ao Castelinho e pretende chegar à Silveira, numa extensão de três quilómetros. Como pontos de apoio foram construídas instalações sanitárias e um estacionamento na plataforma superior.



Foto 16 e 17 – Início das obras e inauguração na baía. CMAH



Foto 18 – Fanal, após as obras de remodelação. CMAH

Na zona abandonada, junto da praça Gago Coutinho e Sacadura Cabral, o terreno servia apenas para estacionamento selvagem e a colocação de "carrinhos de choque", por ocasião das festas sanjoaninas. Em 1997, o presidente Sérgio Ávila estabeleceu um protocolo com a Universidade dos Açores que pretendia ali construir uma residência universitária para alunos bolseiros, o que não chegou a concretizar-se porque a Universidade optou pelas instalações da antiga Fábrica de Tabaco Flor d'Angra.

Deste modo, foi delineado em 2019 um projeto para o jardim ocupar esse espaço, que integrava quiosques para empresas de animação turística, um pequeno parque infantil, zona de merendas e outros equipamentos. O novo espaço, hoje inaugurado, serviu para homenagear mais uma vez o cientista terceirense tenente-coronel José Agostinho.

3. ALGUNS DADOS PARA O PERFIL DE J. AGOSTINHO

Nesta breve resenha não se pretende traçar uma biografia do cientista, mas apenas dar a conhecer algumas facetas menos conhecidas do seu percurso.

O homenageado nasceu em 1888 e foi incorporado, como voluntário, no exército, em 1911. As notícias sobre a sua pessoa começam a surgir com alguma regularidade na imprensa, como acontecia com outros cidadãos com o mesmo estatuto social, nomeadamente as suas partidas e chegadas à cidade. Em janeiro de 1917, ficou registado que o capitão de artilharia regressou do Faial, seguindo para Lisboa, onde acabara de ser colocado. Dois meses depois, sai a notícia de que se encontrava em França, juntamente com mais alguns oficiais terceirenses, com o posto de capitão e membro do Corpo Expedicionário Português. Em março de 1918 foi anunciado o seu regresso da frente de batalha, com licença da junta de saúde, mas surge pela primeira vez, associado ao nome, o atributo de “oficial muito conhecedor”.

A personalidade de José Agostinho vai começando a ser reconhecida, à medida que as condecorações também lhe iam sendo atribuídas pelas suas façanhas militares.

O seu reconhecimento público subiu um patamar, em julho de 1919, ao ser condecorado com o grau de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, pelo modo exemplar como comandou a sua bateria militar. Acontece que esta condecoração se limitou ao registo escrito, pelo que um grupo de amigos e admiradores resolveu coletar-se para



Foto 19 - José Agostinho, em 1917. MAH

1 *A União*, 18-04-1918.

Ihe oferecerem o devido colar e insígnias, encomendados à casa Frederico da Costa, em Lisboa. A imprensa deu relevo ao facto que decorreu numa das salas da sua residência, onde foi feita a entrega, com mensagens de amigos. O jornal realça os discursos que incidiram nos atos de coragem e disciplina por ele praticados e acrescenta que ao “homem de ação sucede o pensador, ao artilheiro aventureiro, ao guerreiro ousado, sucede o homem de gabinete e das meditações”². O tenente-coronel Paulo Rego caracterizou a primeira parte da sua carreira como a de um sabedor consciente, mas numa segunda fase “transluz o homem de estudo e verdadeiro cultor da ciência”. O elogio resultava de um louvor recebido pelos serviços prestados na montagem de um aparelho de telegrafia sem fios para receção da hora oficial vinda da Torre Eiffel, ao colaborar com o coronel Afonso Chaves.

Com esta homenagem e a divulgação feita pela imprensa, José Agostinho passou a ser conhecido pelo grande público como um homem de ciência, num pedestal superior ao do ofício de militar, sendo tratado com o atributo de ilustre. Ou seja, aos 30 anos de idade, José Agostinho já era reconhecido pela imprensa terceirense como uma figura de projeção insular e nacional, caminhando logo de seguida para o campo científico internacional.

A sua intervenção pública começou a ser requisitada na década de 20. Em 1925, fez uma palestra na Fanfarra Operária, onde abordou o problema dos sismos que haviam atingido o Japão, a América e a Itália, com a finalidade de tranquilizar a população. O reconhecimento da sua dedicação à área da vulcanologia continuou com uma longa entrevista³ sobre sismo no Faial, e na Recreio dos Artistas proferiu uma conferência sobre a *Atlântida*, iniciando com alguma frequência a publicação de artigos na imprensa sobre aviação, meteorologia e telegrafia sem fios, realçando a importância dos Açores na navegação aérea. Para além dos artigos na imprensa, proferiu uma série de palestras aos microfones do Rádio Clube de Angra, sobre temas muito variados.

Reconhecido como cientista, foi chamado a intervir, em 1927, aquando do aparecimento de duas andorinhas



Foto 20 - Desenho e apontamentos de J. Agostinho. BPARLSR

2 *A União*, 13-03-1921.

3 *A União*, 11 e 14-09-1926.

que se haviam perdido do bando. José Agostinho foi observá-las numa casa onde pousaram e classificou-as. Disse, então, que não eram da espécie chamada “andorinhas das chaminés” (*Hirundo rustica*), de que existem alguns exemplares no museu de Ponta Delgada. A partir de então passou a ser também “ilustre homem de ciência que anda a estudar as aves de arribação”.

Em agosto de 1928, o “arrojado aviador espanhol”, Ramon Franco, passou pela Terceira com a missão de preparar o voo aéreo para a América do Norte. José Agostinho foi convidado a acompanhá-lo na viagem até à Horta, por causa dos seus conhecimentos meteorológicos.

O seu interesse pela ciência levou-o a aprofundar os contactos internacionais, pedindo autorização ao ministro da instrução para participar nos trabalhos que a Comissão Internacional de Alta Atmosfera realizava em Madrid, o que foi altamente apreciado pela imprensa.

Na década de 20, conjuntamente com os seus trabalhos científicos, José Agostinho dedicou-se também à causa pública, atividade que não tem sido muito referida. Numa conjuntura em que os militares desempenhavam um papel político de primeiro plano, com a implantação da Ditadura Militar, José Agostinho esteve ligado à gestão camarária. Começou como vogal, nomeado pelo Delegado Especial do Governo para os Açores, coronel Silva Leal, tendo sido eleito, pelos seus pares, presidente da comissão executiva. A experiência teve curta duração pelas razões que se seguem.

A municipalização da empresa de Iluminação Elétrica de Angra vinha sendo discutida por causas dos maus serviços que prestava. Os jornais denunciavam a falta de lâmpadas, a existência de fios derrubados, transformadores que não satisfaziam as condições técnicas e postos de madeira que deviam ser substituídos por outros em cimento armado.

Depois de prolongadas negociações, a empresa aceitou o preçário estipulado, mas logo de seguida levantou outras imposições. Perante novos factos, a Câmara decidiu municipalizar os serviços. Gerou-se então um movimento para que fossem demitidos os corpos administrativos, a fim de serem lá colocados elementos afetos à empresa privada. O jornal *A União*, na altura já propriedade da diocese, tomou partido nesta refrega, dado que a Igreja era acionista, sendo representada pelo padre Costa Ferreira. A este, juntaram-se outros interessados com bastante peso político local, como Amadeu Monjardino, Henrique Braz e Guilherme Braz. O valor da municipalização dos serviços foi decidido em tribunal, com uma proposta que agradou aos acionistas. José Agostinho, então presidente da comissão administrativa, não concordou com esses valores, mas os seus camaradas vereadores



Foto 21 - José Agostinho.
MAH

votaram favoravelmente a decisão do tribunal. Desiludido com a situação, demitiu-se do cargo, que ocupou apenas dois meses (9 de outubro a 22 de novembro de 1928).

A experiência negativa na Câmara Municipal não o impediu de ser procurador à Junta Geral, e colaborar na elaboração de relatórios sobre determinados temas. Deste modo, acabou por dirigi-la entre 1944 e 1945, numa conjuntura de crise onde eram escassas as verbas para qualquer empreendimento. Embora permanecesse como procurador da Junta noutros anos, a sua passagem pela vida político-administrativa, como presidente dos referidos organismos, não lhe trouxe qualquer renome. A sua notoriedade ficou centrada na área científica, razão pela qual foi agraciado algumas vezes, antes e depois do 25 de abril.

4. HOMENAGENS A JOSÉ AGOSTINHO

Manuel Batista de Lima não quis deixar o cargo de presidente da edilidade, em abril de 1965, sem atribuir a José Agostinho a medalha de ouro da cidade, com colar. O texto louva os seus méritos militares, mas enaltece-o por ser um dos “mais notáveis cientistas açorianos de todos os tempos”, nomeadamente nas áreas da meteorologia, climatologia, ornitologia, vulcanologia e mineralogia, além da atividade como investigador na área da história.

Em agosto de 1977, passou a figurar na toponímia angrense, com uma placa a substituir o nome da avenida Engenheiro José Frederico Ulrich/ 28 de Setembro. A proposta partiu da Junta de Freguesia de São Pedro que enviou um ofício à Câmara Municipal, em fevereiro de 1977, solicitando essa alteração por considerar que os “moradores desta artéria não queriam mais o nome de Avenida 28 de Setembro, pelo que de triste representa na memória do povo português”.

Refresquemos um pouco a memória. Como já foi referido, Frederico Ulrich havia sido ministro das Obras Públicas no governo de Salazar e ligado a alguns projetos de vulto no distrito, pelo que foi homenageado pelas autoridades locais. Com a revolução de abril, procedeu-se à alteração toponímica da cidade, mudando os nomes que estivessem ligados ao antigo regime. Deu-se então a substituição por Avenida 28 de Setembro. Ora, esta data corresponde à manifestação da Maioria Silenciosa, em 1974, uma intentona preparada pela direita mais conservadora e reacionária que pretendia travar a evolução do processo de democratização da sociedade portuguesa. Esse movimento tinha como figura



Foto 22 – Medalha de ouro com colar



Foto 23 – Primeira página do *Diário Insular*

de proa o general Spínola, que se opusera ao processo de descolonização, não tencionara desmantelar a PIDE e não concordava com o rumo político defendido pelos capitães de abril. Esta conspiração da direita, repetida depois a 11 de março de 1975, foi derrotada, mas ficou marcada na memória das forças políticas democráticas, pelo que de triste representava para o povo português, como se expressou a junta de freguesia de São Pedro, presidida por Olivério Lopes.

A Câmara Municipal aceitou o pedido de alteração da toponímia, prestando homenagem a José Agostinho a 23 de agosto de 1977, com a atribuição do seu nome a esta avenida, mas também a denominação de Observatório Meteorológico José Agostinho, por proposta do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. O Presidente da República, Ramalho Eanes, condecorou-o com o grau de Grande Oficialato da Ordem de Santiago da Espada, tendo o Ministro da República para os Açores, general Galvão de Figueiredo, feito a entrega do mesmo. A homenagem incluiu ainda uma exposição bibliográfica na biblioteca pública e um colóquio sobre a vida e obra do homenageado.

Este reconhecimento público volta hoje a ser prestado pela Câmara Municipal, nesta área genericamente conhecida como Fanal, que tem vindo a recuperar o prestígio que havia granjeado como zona balnear até ao primeiro terço do século XX.



Foto 24 – Ministro da República para os Açores condecora J. Agostinho



Angra do Heroísmo
CÂMARA MUNICIPAL

2021